



## AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO

**Luiz Carlos Bresser Pereira<sup>1</sup>**  
**Roberto Rodrigues<sup>2</sup>**

### **Luiz Carlos Bresser Pereira**

É um grande prazer estar aqui, falando para as mais importantes autoridades da agricultura paulista e para os pesquisadores, aos quais quero me dirigir mais pessoalmente. Eu tinha pensado em fazer uma palestra sobre a taxa de câmbio e a doença holandesa, vou falar sobre isso, mas dada a natureza do encontro, a comemoração dos 65 anos deste magnífico instituto, acho melhor fazer uma coisa mais geral.

E a coisa mais geral começa com o seguinte: o Brasil cresceu de forma extraordinária, foi o país que mais cresceu no mundo. Cresceu até mesmo mais que o Japão na época entre 1930 e 1980. O Japão cresceu mais em termos *per capita*, mas em termos brutos, o Brasil foi o país que mais cresceu. Desde 1980, o Brasil é um dos países que menos crescem no mundo. Ele ficou rigorosamente atrás de quase todos os seus concorrentes. Nesses últimos cinco anos, graças à explosão das exportações agrícolas, especialmente, e também dos minerais, como o ferro, houve uma melhoria, sem dúvida, mas como essa melhoria aconteceu para quase todos os países e o mundo viveu, até este ano, um período de extraordinária prosperidade, então todos os

---

<sup>1</sup> Professor Emérito da FGV/SP. Palestra apresentada em 07/11/2007.

<sup>2</sup> Coordenador do Centro de Agronegócios da FGV/SP. Palestra apresentada em 07/11/2007.

nostros concorrentes também cresceram e cresceram bem mais que o Brasil.

Nós precisamos pensar, portanto, o que está acontecendo com este País. Para pensar o que está acontecendo, a primeira coisa que devemos considerar é em que mundo nós estamos. Aí todo mundo sabe, pelo menos fala-se a cada cinco minutos que nós estamos no mundo da globalização.

É exatamente sobre isso que nós estamos conversando, ou seja, o que é a globalização? A globalização é, essencialmente, a fase atual do capitalismo. É a fase do capitalismo que se seguiu aos 1930 (“anos dourados”), após a Segunda Guerra Mundial, e que foram de grande crescimento. E é uma fase em que todos os mercados foram abertos. O último império formal que existia, que é o da União Soviética, acabou, de forma que hoje temos uma enorme competição em nível mundial entre as empresas e entre os Estados-Nação. E esta segunda coisa é muito importante. Geralmente, os livros-textos que os economistas leem e usam nas suas aulas, não falam das nações; só falam que o mercado é uma competição entre empresas, o que é verdade, só que na globalização, no capitalismo, uma coisa fundamental, além da competição entre as empresas, é a competição entre os Estados-Nação. Competição econômica, por maiores taxas de crescimento.

Durante muito tempo, desde quando começaram a se formar os Estados-Nação, lá no século XVII, com o Tratado de Westfalia, os Estados competiam mais por meio de guerras do que por meio da competição econômica. Eles estavam definindo suas fronteiras e, para tanto, criaram seus mercados nacionais. Mas, eles faziam guerras. As últimas guerras aconteceram no século XX, e eu não acredito que nós tenhamos novamente guerras, grandes países em torno de fronteiras no século XXI. Poderá continuar ocorrendo guerras na periferia do sistema, guerras imperiais, guerras locais de definição de fronteiras na África, ou na Ásia.

Agora, neste mundo da globalização, se não há guerras entre os grandes países, nós teremos uma competição jamais igualada. Porque todos os mercados estão abertos, todos. E a partir desse momento, cada país compete com todos os demais países. O Brasil não compete mais apenas com a Argentina, ou com o Uruguai e o Paraguai, mas compete com o mundo inteiro. Inclusive com países que nós nunca imagináramos que iríamos enfrentar, como a Rússia, China e Vietnã. Contudo nós estamos

competindo, pois este é o mundo da globalização.

O mundo da globalização é um mundo de grandes oportunidades. Mas antes disso, vale dizer, agora existe uma ideologia em torno disso. E a ideologia afirma o seguinte: no mundo da globalização ou na globalização, os Estados tornaram-se fortemente interdependentes, mais do que eram. Logo, concluem apressadamente, que o Estado-Nação perdeu relevância. O Estado-Nação já não é mais tão importante. Aí, o importante seriam as empresas multinacionais, o Fundo Monetário Internacional, a OMC, o Banco Mundial e as ONGs internacionais. O Estado-Nação perdeu grande parte da sua autonomia e, portanto, da sua importância. Eu desconfio que essa análise é profundamente ideológica, interessa a quem não acredita nela e que são os próprios países ricos, e essa é uma forma de neutralizar o desenvolvimento dos países que têm vantagens competitivas na periferia, como o Brasil.

Por que eu digo isso? Qual é o motivo de os países se tornarem mais interdependentes e, portanto, perderem alguma autonomia? Toda vez que nós aumentamos a interdependência, nós perdemos autonomia. Qual foi a razão fundamental? Foi a competição. Foi o fato de terem aumentado fortemente a competição que tornou os países interdependentes. Não foi outra coisa. E aí o motivo dos acordos que se fazem para regular a competição. Porque já existe um esboço de estado mundial regulando a competição mundial, entre os Estados-Nação e entre as empresas.

Ora, se o motivo pelo qual se perdeu alguma autonomia foi o aumento da competição, significando que os Estados-Nação se tornaram muito mais estratégicos do que eram antes do ponto de vista econômico, a conclusão é exatamente a inversa daquela que ideologicamente nos querem vender, de que o Estado-Nação não tem mais importância, que as políticas nacionais não têm mais importância. Na verdade, desde que surgiu o capitalismo, o desenvolvimento econômico sempre dependeu fundamentalmente de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Quer dizer, de um conjunto de acordos, de instituições, de políticas e de um entendimento entre as classes de forma a permitir que o país tenha uma estratégia de desenvolvimento econômico. O Brasil desenvolveu-se de forma extraordinária, como eu dizia, entre 1930 e 1980, porque tinha uma estratégia nacional de desenvolvimento. Teve uma crise nos anos 1960, e depois ela foi retomada, e continuou sendo executada até o começo

dos anos 1980.

Nos anos 1980, tivemos uma grande crise. E depois dessa crise podia-se imaginar que o Brasil, quando terminasse primeiro a crise da dívida externa e depois a crise da alta inflação, retomaria o desenvolvimento em grande estilo. E por que isso não aconteceu? Essencialmente, a meu ver, se eu tivesse que responder apenas uma causa, seria a falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Ou uma estratégia nacional de competição, que é a mesma coisa, porque o Brasil, a partir de 1991, fundamentalmente, rendeu-se ao “Consenso de Washington”, ou ao que eu chamo de “a ortodoxia convencional”. É um conjunto de recomendações, diagnósticos e pressões que os países ricos fazem para nós, e quando nós aceitamos a estratégia que os nossos concorrentes nos oferecem, vocês podem imaginar que essa estratégia será uma estratégia para crescimentos muito modestos, de forma nenhuma para o País fazer o *cash-up*, fazer o alcançamento das taxas e dos níveis de desenvolvimento dos países ricos.

E por quê? O que a teoria econômica ensina é que um país de renda média como o Brasil, que já fez a sua revolução capitalista, que tem uma grande classe de empresários industriais, agrícolas, comerciais e financeiros de alta qualidade, uma enorme classe média, e uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, ainda que haja problemas graves de educação, quer dizer, uma economia como essa deve fazer o *cash-up*, o alcançamento, deve crescer mais em termos *per capita* do que crescem os países ricos porque tem mão-de-obra barata e pode comprar tecnologia a custo relativamente barato. O Brasil fazia esse alcançamento entre 1930 e 1980. Não faz mais. E não faz mais, a meu ver, porque perdeu a ideia de nação, rendeu-se ao norte e não tem uma estratégia nacional de desenvolvimento. Mas, o que seria essa estratégia nacional de desenvolvimento? Onde é que está o problema? No plano econômico. Por que agora eu fiz uma análise bem geral, econômico-política, onde é que está o problema mais concretamente? Por que o Brasil cresce tão mal?

Eu tenho defendido nesses últimos anos a tese de que o Brasil precisa de uma nova estratégia e eu a chamo de novo desenvolvimentismo. Nesses últimos 20 anos, vocês têm ouvido todos os dias, de manhã, de tarde e de noite, nos grandes jornais, no rádio e na televisão, que o desenvolvimentismo é uma coisa atrasada e superada,

porque para você ter uma política desenvolvimentista é necessária também uma política nacionalista. Isso é coisa de gente atrasada. A modernização implica outras ideias.

Desconfio que não é bem assim. Primeiro, uma coisa que vocês devem sempre considerar: quando eu falo que o Brasil precisa ser mais nacionalista e ter uma estratégia nacional de desenvolvimento, eu não estou querendo que o Brasil seja mais nacionalista do que são os franceses, ingleses, alemães, japoneses e suíços. Nada! Quero ser tão nacionalista quanto eles. Ou seja, eu quero que o governo entenda que é seu dever defender o trabalho, capital e conhecimento nacional, independentemente, sem prejuízo de participar de uma cooperação internacional. Eu quero que as nossas elites acreditem que nós temos capacidade para resolver como é que nós devemos cuidar da nossa vida, e não os nossos concorrentes lá no norte. Ou seja, é isso! Meu conceito de nacionalismo é simplesmente esse, quer dizer, eu termino a minha frase dizendo, eu quero ser tão nacionalista quanto esses países, mas não tão nacionalista quanto os Estados Unidos.

É muito importante entender o que isso quer dizer. Mas isso significa, de qualquer forma, que você tem que ter uma estratégia de competição realmente competente, capaz e moderna, é disso que nós precisamos. Agora, o que é isso? Quando você pensa numa estratégia nacional de competição, você pode pensar de duas maneiras, você pode pensar do lado da oferta e do lado da demanda.

O desenvolvimento econômico você pode pensar sempre do lado da oferta e do lado da demanda. Do lado da oferta, diz-se que o desenvolvimento econômico depende fundamentalmente de educação, ciência, tecnologia e da aplicação desse conhecimento na inovação, no investimento, na agricultura, na indústria, no comércio e em todos os setores. Depende, portanto, de aumentar a produtividade. Desenvolvimento econômico é sinônimo de aumento da produtividade. E quando a gente normalmente estuda desenvolvimento econômico, quase todos os livros nos falam do desenvolvimento econômico deste ponto de vista. Do ponto de vista da oferta, ou da produção. Quer dizer, então se faz, inclusive funções de produção, se matematiza às vezes inutilmente as coisas etc. Tudo bem. Não há dúvida nenhuma que o desenvolvimento econômico depende disso. Que não há nada mais importante, por exemplo, do que educação para o desenvolvimento, que é fundamental ter ciência e

tecnologia e empresários dos diversos setores da economia altamente competentes. Mas eu não creio que seja esse o ponto de estrangulamento que tem impedido que o Brasil cresça, ainda que nós sempre pudéssemos ter mais, eu estou convencido de que do lado da oferta, este não é o problema fundamental do Brasil.

Como eu posso dizer isso? Afinal, o Brasil precisa mais de educação, é evidente que precisa. Especialmente agora, precisa de melhor qualidade da educação, agora que toda população, ou praticamente toda, tem acesso ao ensino fundamental, precisa melhorar a qualidade, sem dúvida. Mas não obstante os problemas que nós tenhamos na área da educação e da saúde, que é também importante para o capital humano, temos também problemas na área da ciência, da tecnologia, e temos graves problemas na área da infraestrutura que precisam ser resolvidos. Agora, a meu ver, não é esse o problema fundamental, eu repito. Digo que não é esse o problema fundamental, porque o Brasil se tornou um País de emigração. Está exportando uma quantidade importante das suas melhores cabeças. Quer dizer, não só da classe baixa e da classe média lá do norte de Minas. Hoje pessoas do Brasil inteiro emigram para os Estados Unidos e para a Europa; também das classes médias altas você tem um número grande de emigrantes. Mas os da nossa classe alta emigram e não dizem que estão emigrando. Dizem que foram fazer algum trabalho, alguma coisa, foram estudar e depois ficaram lá. Mas o fato é que eles emigraram. E emigraram porque não há oportunidade de emprego no Brasil. Porque não há demanda suficiente de emprego no Brasil.

Dentro desse quadro, por que isso ocorre? Ou então, qual é o problema? O problema, a meu ver, está do lado da demanda. Agora, quando se fala que está do lado da demanda, a gente logo pensa em Keynes, porque foi ele quem passou a olhar a economia do lado da demanda. Mas quando se pensa em Keynes, normalmente, se pensa também que, para aumentar a demanda, é preciso fazer uma política fiscal expansiva, o que é uma coisa muito perigosa, pois aumenta o investimento público. Sem dúvida, o Brasil está precisando urgentemente aumentar o investimento público, mas eu sugiro a vocês que o problema fundamental não está aí. O problema está nos preços macroeconômicos. O problema do ponto de vista econômico está na taxa de juros e na taxa de câmbio, que têm um efeito decisivo sobre a demanda, porque têm

um efeito decisivo sobre os investimentos agrícolas, industriais e do comércio.

Como é que eu posso sustentar essa ideia? A primeira coisa a dizer antes de falar sobre câmbio na Secretaria da Agricultura e para o Instituto de Economia Agrícola é que eu não sei, mas tenho impressão de que a agricultura está um pouco parecida com o que estava a FIESP. Os industriais, há alguns anos, quando começou a crise lá nos anos 1980, estavam acostumados com uma política industrial que era uma política do lado da oferta, e começaram a pedir que o Brasil voltasse a ter uma política industrial com subsídios específicos para determinados setores, proteções específicas para determinadas coisas, falaram que assim o Brasil cresceria. Falaram no vazio, não aconteceu nada. Mas eles nunca falavam de macroeconomia, porque eles entendiam que macroeconomia não era problema deles. Eles entendiam que era um problema dos banqueiros, dos macroeconomistas, do FMI, do Banco Mundial, dessa gente. Não! E eu desconfio que a mesma coisa acontece um pouco em relação à agricultura. Também os seus economistas e os seus empresários às vezes acham que esses problemas do lado da demanda e da macroeconomia não são problemas da agricultura.

Olha, eu diria para vocês o seguinte: os problemas macroeconômicos são problemas fundamentais de todos os cidadãos. Quer dizer, uma das coisas mais antidemocráticas que existem é a ideia que passa em escolas de economia em nível de pós-graduação, de matematizar toda essa macroeconomia, torná-la incompreensível e irrelevante, para assim ficarem com o pretendido monopólio desse conhecimento. A macroeconomia não é tão complicada assim, é bem mais simples, mas é importante sabê-la. Quer dizer, é fundamental que os economistas agrícolas também tenham uma voz forte em matéria de macroeconomia. Mas qual é o problema no plano da macroeconomia, como é que uma estratégia nacional de desenvolvimento entra no plano da macroeconomia? Quando a gente pensa em estratégia nacional de desenvolvimento, a gente pensa em medidas de longo prazo, e a gente ouve dizer que a macroeconomia só se preocupa com o curto prazo.

Acontece que está cada vez ficando mais claro que existe uma macroeconomia do desenvolvimento, e nela o mais importante são três coisas: ter uma situação fiscal equilibrada e, portanto, ser duro do ponto de vista fiscal, e você vai ter uma taxa de câmbio competitiva e uma taxa de juros muito baixa. A taxa de juros vai flutuar no

curto prazo, porque é necessário que ela flutue para se fazer política econômica, mas vai flutuar em torno de um nível baixo. A taxa de câmbio precisa ser competitiva, estimulando, portanto, o investimento agrícola e industrial o tempo todo, e o ajuste fiscal precisa ser rígido, porque só se justifica uma política expansiva de déficit público, do tipo keynesiana, em “momentos muito particulares”. Estava muito claro para Keynes que você só pode recorrer à política fiscal expansionista quando a economia está fortemente desaquecida e o estado está equilibrado fiscalmente. Então ele pode sair do equilíbrio por um pequeno período e depois voltar.

Agora, muito mais importante para ter demanda agregada forte será ter uma taxa de juros baixa e uma taxa de câmbio competitiva, do que começar a fazer gastos fiscais aumentando a carga tributária desnecessariamente, ou então, levar a déficits públicos e colocar o Estado numa situação de permanente quase quebra. Isso não faz o menor sentido.

O que nós temos feito no Brasil, vale dizer, eu ponho como data da nossa ren-dição ao norte, o ano da graça de 1991. Vocês pensem bem por quê. Naquele ano, nós fizemos o nosso acordo com o Fundo Monetário Internacional, coisa que não fazíamos há muitos anos. E desde aquela época, a nossa política macroeconômica tem se caracterizado por taxas de câmbio extremamente não-competitivas, muito voláteis, flutuando, mas tendendo sempre a serem não-competitivas, pois nós temos uma taxa de juros muito alta. Melhorou um pouco nos últimos anos, entretanto, con-tinua altíssima e com um ajuste fiscal frouxo. Mas eles falam o tempo todo, quer di-zer, essa ortodoxia convencional que está no governo afirma o tempo todo que a coisa mais importante que existe para eles é fazer o ajuste fiscal, porque todos os ma-les do Brasil vêm da falta de ajuste fiscal. Eu estou de acordo que é preciso fazer mui-to mais ajuste fiscal. Mas eu afirmo categoricamente que essa ortodoxia convencional que está lá no FMI e no Banco Central Brasileiro é uma associação básica e no setor financeiro eles propõem um ajuste fiscal frouxo.

Como eu digo isso? É muito simples. Eles propuseram em 1999, e já faz oito anos que o Brasil teve o superávit primário de 3%. O Brasil atingiu durante quatro anos, com sobra, os 3%. Depois eles propuseram que o Brasil aumentasse esse supe-rávit para 4,25%. O Brasil nos outros quatro anos está se completando, atingiu com



sobra esses 4,25%, logo o Brasil cumpriu plenamente as metas fiscais. Mas continua com uma dívida pública muito alta, continua com uma carga tributária muito alta. Isso porque as metas estabelecidas foram frouxas. E, portanto, a ortodoxia convencional é frouxa, do ponto de vista fiscal. Agora, não creio que eu precise explicar por que eles têm taxas de juros muito altas e as têm mantido altíssimas, por que eles têm taxas de câmbio muito apreciadas. Mas sobre isso é fundamental eu falar alguma coisa.

Eu entendo que nos países em desenvolvimento existe uma tendência sobre apreciação da taxa de câmbio. E eu entendo que os países que sempre cresceram fortemente, por exemplo, depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da Alemanha e da Itália, depois do Japão, Tigres Asiáticos, China e Índia, foram todos os que tiveram sempre taxas de câmbio relativamente depreciadas e o Brasil, no período de 1930 a 1980, também teve taxas de câmbio relativamente depreciadas e, portanto, altamente competitivas. Considero impossível haver desenvolvimento econômico sem ter uma taxa de câmbio, quer dizer, desenvolvimento econômico que faça o *cash up*, não um modestíssimo desenvolvimento econômico, sem taxas de câmbio competitivas. E eu digo que existe e isso é uma coisa muito séria.

Existe uma tendência sobre apreciação da taxa de câmbio nos países em desenvolvimento. Ou seja, eu estou dizendo que o mercado não garante que a taxa de câmbio seja de equilíbrio. Isso é exatamente o contrário do que vocês aprendem nos seus cursos de macroeconomia, porque nos cursos feitos com base em livros produzidos nos Estados Unidos ou na Inglaterra, o que se aprende é que a taxa de câmbio é um preço macroeconômico endógeno definido pelo mercado, de forma que é impossível alterá-lo no longo prazo. No curtíssimo prazo, você pode ter alguma intervenção, mas no longo prazo é impossível. Portanto, se é impossível, ótimo, podemos esquecer a taxa de câmbio. E isso é o que eles querem que nós façamos com urgência, que esqueçamos as taxas de câmbio, que as deixemos por conta do mercado, porque se nós as deixarmos por conta do mercado, já estarão, necessariamente, segundo eles, no equilíbrio.

Eu digo que isso é falso, rigorosamente falso, que existe uma tendência sobre apreciação da taxa de câmbio em países em desenvolvimento. Por quê? Eu vou dar

apenas três razões, uma é de natureza puramente política e as duas outras são de natureza econômica. A de razão política é o que eu chamo de populismo cambial. O que é o populismo cambial? Isso é um tipo de populismo econômico, e o que é populismo econômico? É gastar mais do que arrecada, é gastar irresponsavelmente. Isso é uma coisa bem simples, porque tem também o populismo político, que é outra coisa muito mais complicada.

Mas como afirmei, populismo econômico é basicamente gastar mais do que se arrecada. Agora, quando se fala em populismo econômico, só fala de um tipo de populismo econômico, o fiscal, que é o Estado gastando mais do que arrecada. Entra-se no déficit público, e isso implica em aumento da dívida pública e, eventualmente, até quebra do Estado, ou pelo menos, na fragilização muito forte dele. Isso é o populismo fiscal, que é um horror! É um desastre para o país. Mas eu digo que existe um outro, que é o populismo cambial, que é o Estado-Nação, o Brasil, o País, gastar mais do que arrecada. Como pode ser isso? Muito simples. Você tem déficit em conta corrente e tendo déficit em conta corrente significa que a nação está gastando mais do que arrecada, e então ocorre aumento da dívida externa, que pode ser financiada depois por empréstimo ou por investimento direto. Você passa a obter uma poupança externa, que é o déficit em conta corrente.

Isso é populismo, porque trata-se de uma maravilha para os governantes, quer dizer, se a taxa de câmbio começa a apreciar, a inflação cai, os salários reais aumentam porque muda a relação dos preços, baixam os preços dos bens comercializáveis em relação aos preços dos não-comercializáveis, e o salário é o não-comercializável, de forma que você aumenta o seu poder aquisitivo, não só de produtos importados, mas de mercadorias, desde que as *commodities* tenham um preço internacional. Com isso, os salários aumentam e todo mundo fica feliz, o consumo aumenta e se a crise não vier em tempo, o candidato político, não o candidato eleito, mas os políticos candidatos à reeleição, de uma forma ou de outra, são reeleitos. Isso é o populismo cambial.

Isso o Brasil sempre teve. É muito comum em toda parte, menos na Ásia. Exceto nas Filipinas, que é muito parecida com a América Latina. Mas essa é uma razão política. Agora vêm duas razões econômicas. A primeira tem uma relação com essa

relação política, mas é um pouco diferente e trata-se do fato da atração que países em desenvolvimento apresentam para entrada de fluxo de capital, seja na forma de empréstimo, seja na forma de investimento direto, porque esses países apresentam uma taxa de lucro naturalmente mais alta e, portanto, uma taxa de juros um pouco mais alta, o que atrai tanto os investidores diretos, quanto os emprestadores.

Se houver um caso como o do Brasil, em que a taxa de juros é muito mais alta, atrai mais ainda. Mas isso já é uma doença. Eu estou falando que, em geral, todos os países em desenvolvimento devem ter taxas de juros um pouco mais altas, e devem ter taxas de lucro esperadas mais altas, dada uma relativa escassez de capital, de forma que isso atrai capitais. Agora, se em cima disso, dessa atração natural de capitais, o Norte vende para nós a ideia de que o Brasil não tem mais recursos para financiar o desenvolvimento e, portanto, que precisa recorrer à poupança externa para crescer... Vocês já ouviram essa frase, quase como um mantra, repetida infinitas vezes, desde o início dos anos 1990.

Se você acreditar nisso e passar a fazer uma política de atração de capitais e de obtenção de poupança externa, vai apreciar substancialmente a sua taxa de câmbio. E você não vai ter desenvolvimento nenhum. Como isso? Então vejam! A política de crescimento com poupança externa passou a ser adotada no Brasil e no mundo. Passou a ser política do governo americano e depois política do banco, em seguida, isso quer dizer a mesma coisa, a política do Tesouro Americano determina a política do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial a partir de 1991, logo no começo do governo Clinton. Por que nessa época? Porque em 1990 tinha-se feito o Plano Brady e com ele, havia se equacionado o problema da dívida externa. Isso significava que os países podiam voltar a se endividar.

Quando Lawrence Summers era subsecretário do Tesouro, essa política, que é uma política geral, foi definida formalmente como a política a ser seguida pelas instituições multilaterais em Washington. E o Brasil aceitou-a integralmente. Parecia lógico, quer dizer, parecia lógico o fato de que os países ricos em capitais deveriam transferir seus capitais para os países pobres em capital. Parece uma coisa simples, tranquila. Eu sugiro a vocês, que isso é tão verdadeiro quanto a coisa de que a Terra é chata. É óbvio que a Terra é chata, é só olhar que a gente vê que a Terra é chata. Entretan-

to, você sabe que a Terra é redonda, não é chata. Por quê? Vejam, a primeira coisa que esse déficit em conta corrente e essas entradas de capitais fazem é sobreapreciar a taxa de câmbio, e sobreapreciá-la é aumentar o consumo e diminuir a poupança interna. Mas antes de explicar isso, vejam o que aconteceu no início dos anos 1990, quando essa política foi definida: o Brasil tinha ainda uma alta inflação, e com essa inflação não era possível contar com a maravilha dos investimentos e financiamentos externos. Mas em 1994, foi feito o Plano Real, que foi um plano pensado por economistas brasileiros, de acordo com a teoria econômica desenvolvida pelo Brasil, que foi a Teoria da Inflação Inercial, e usou-se a URV para neutralizar a inércia. Foi um brilho, mas depois disso, o Brasil, finalmente, entrou na política de crescimento com poupança externa.

O que fez o Brasil, então? O que é poupança externa? Poupança externa é por definição, déficit em conta corrente, que depois pode ser financiado por empréstimo ou financiado por investimento direto, que é o financiamento do déficit, mas o déficit é a poupança externa. A poupança externa do Brasil em 1994 tinha o déficit zerado em conta corrente. Em 1999, ele tinha chegado a 4,32% do PIB. Ou seja, naqueles cinco anos havia tido um monumental aumento da poupança externa. O Brasil tinha recorrido com enorme sucesso à poupança externa, quer dizer, em termos de investimento direto, que havia sido multiplicado por 12. Aquilo que se fazia, o investimento direto em um ano, agora se fazia em um mês.

Só que a taxa de investimento do Brasil manteve-se no mesmo nível que tinha entre 1991 e 1993, não aumentou nada. Ficou em torno de 17%, 17,5%. Nada! E como é que pode ser isso? Tanto o investimento direto quanto o financiamento viraram consumo. Por quê? Porque com a entrada de capitais, que está envolvida no déficit em conta corrente, tem que entrar capitais para financiar esse déficit, evidentemente. Isso aprecia o câmbio. Quando o câmbio aprecia, o que acontece? Já foi dito, os salários aumentam. Quando os salários aumentam, as pessoas aumentam seu consumo. Quando aumenta o consumo interno a poupança interna diminui. E o resultado é que a poupança externa substitui a poupança interna. Nós passamos a ficar endividados e não crescemos. Quer dizer, é sempre assim? Não é sempre assim, mas é quase sempre assim.

Nesse período dos anos 1990, eu descobri a coisa: foi 100% a troca, isto é, a substituição da poupança interna pela externa foi de 100%. Por isso, nada cresceu, a taxa de investimento do Brasil nada cresceu, o crescimento, portanto, não aumentou. Em outros casos, já foram feitas muitas pesquisas em outros lugares, eles não tinham a teoria, mas fizeram as pesquisas econométricas, mostrando que, geralmente, essa taxa é igual ou superior a 50%. E em certos casos raros, ela é menor que isso. Qual é a situação em que o investimento externo é bom para o país? Penso que nos momentos em que o país já está crescendo muito depressa.

A última vez que a meu ver aconteceu no Brasil foi durante o milagre do início do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Porque quando o país já está crescendo muito fortemente, entram os capitais e a taxa de câmbio se aprecia, os salários aumentam, só que em vez de as pessoas pegarem todo dinheiro e jogarem no consumo, elas põem uma parte importante no investimento, de forma que a taxa de substituição é pequena, da poupança interna pela externa. Fora isso, você não tem crescimento com poupança externa. Olha, quando um empresário faz o investimento, o cálculo que ele deve fazer é o seguinte: qual é a taxa de lucro esperada, qual é a taxa de juros que ele vai pagar, e se a taxa de lucro esperada for maior que a taxa de juros, então, ele deve fazer o investimento.

Também o Brasil deve pensar do mesmo jeito? O que seria válido microeconomicamente para cada empresário também deveria ser válido macroeconomicamente para todos os empresários juntos ou para o Brasil? Completo equívoco! Você não pode transferir o raciocínio micro para o raciocínio macroeconômico, por isso que é preciso entender de macroeconomia. Por quê? O que há no meio? Há no meio a taxa de câmbio. Quer dizer, também no caso do empresário ele pode ter no meio a taxa de câmbio, mas ele não tem. Ele tem o risco de câmbio, isso é outra coisa, mas ele não tem essa possibilidade de substituição da poupança interna pela externa. Quando você pensa macroeconomicamente você pensa em milhões de empresários, milhões de consumidores, é outra coisa. E então você tem esses efeitos. Você tem essa taxa de substituição da poupança interna pela externa. E você tem o inverso, porque o inverso também acontece.

Como o inverso? O que aconteceu a partir de 1998? Nós tivemos uma crise de

balanço de pagamentos, quatro anos intermediários, e desde 2002, as exportações brasileiras explodem graças à melhoria das relações de troca, alta produtividade da agricultura brasileira, e como resultado nós passamos a ter superávit em conta corrente. De 4,32% de déficit, passamos a ter 1,5% de superávit. Ou seja, houve uma variação, em cinco anos, de seis pontos percentuais. Quer dizer, o Brasil que tinha poupança externa e passou a ter despoupança externa, começou a financiar o resto do mundo. Bom, aí a taxa de investimento deveria cair. Por que agora não contamos mais com essa maravilhosa poupança externa? Caiu? Não caiu nada! Até aumentou um pouco a taxa de investimento. Estranho, não é? A economia é estranha mesmo. Como o mundo é estranho. Como o mundo é redondo, a economia também é redonda, não é chata. Esse é o primeiro motivo econômico.

O segundo motivo econômico é a doença holandesa. Talvez vocês já leram alguma coisa que eu tenha escrito ou em entrevistas etc. O curioso sobre ela foi o que eu escrevi em um artigo na *Folha de S. Paulo* em 2005. Estava pensando já fazia tempo que havia um outro fator que apreciava o câmbio além das entradas de capitais, e que esse fator era a doença holandesa, e acabei explicando no artigo. E foi curioso porque me telefonou um ex-aluno, Oliveira Costa, lá de tempos idos, dizendo: *“Eu estou escrevendo um livro sobre agricultura e as suas ideias são muito interessantes. E eu quero conversar sobre isso”*. E aí veio, conversou comigo, e publicou o livro dele, que é um excelente livro sobre o aspecto econômico da agricultura e me pediu o prefácio.

Mas vamos ver o que é a doença holandesa, que é mais grave do que o crescimento com poupança externa. É um desastre, mas um desastre que tem uma vantagem; como esta provoca déficit em conta corrente, o déficit corrente provoca a dívida, a dívida leva o país à quebra, e o mercado então corrige. Corrige mal, corrige pela crise, mas corrige. Demora para corrigir, mas corrige. A doença holandesa, o mercado não corrige e ponto.

A Arábia Saudita ou a Venezuela tem a doença holandesa há 50 anos, e estão lá. E não se industrializam, não se desenvolvem, estão perfeitamente sob a doença holandesa. O que é ela?

A doença holandesa é uma falha de mercado fundamental que ocorre em países que têm recursos naturais abundantes e baratos. Estes recursos pressionam a taxa

de câmbio para baixo, porque a exportação é viável com uma taxa de câmbio mais baixa do que aquela que seria necessária para que as demais atividades industriais dos países que não estão usando recursos naturais muito baratos sejam também viáveis economicamente. Ou, em outros termos, a doença holandesa surge quando ocorre o descolamento de duas taxas de câmbio, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente que o mercado tende a determinar, e que deve corresponder fundamentalmente à taxa que intertemporalmente equilibra a conta corrente do país - a qual eu chamo de taxa de equilíbrio corrente -; e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é a taxa de câmbio necessária para que as indústrias no estado da arte da tecnologia sejam rentáveis.

Com uma economia normal como na França, ou nos Estados Unidos, ou na Alemanha, ou no Japão, essas duas taxas são iguais, basicamente iguais. O mercado cuida disso, e acabou. Então, não há razão para separar uma da outra, a taxa de câmbio que equilibra a conta corrente viabiliza a conta indústria e está tudo ótimo, perfeito. Em um país que tem doença holandesa para valer, não a modesta como nós temos, mas como na Arábia Saudita, por exemplo, a diferença entre essas duas taxas é enorme. Eu desafio qualquer um dos senhores ou em qualquer empresa multinacional a se instalar na Arábia Saudita com um bem, para produzir um bem comercializável qualquer. Comercializável internacionalmente.

Impossível competir com a taxa de câmbio que existe na Arábia Saudita. Lá só são viáveis indústrias e atividades não-comercializáveis: hotéis, construções, barbeiros, restaurantes, estas coisas. Então, isso é a doença holandesa. Agora, será que o Brasil tem doença holandesa? O Brasil, atualmente, já tem petróleo, e inclusive está exportando o petróleo. E o petróleo é uma fonte de doença holandesa. Como também é hoje, fortemente, o ferro. O ferro é uma fonte importante desta doença no Brasil.

Mas, além desses minérios a agricultura, essa maravilhosa agricultura de exportação que nós temos, a meu ver, também é fonte de doença holandesa. É importante vocês perceberem que há gravidades e gravidades na doença holandesa. Eu disse que havia duas taxas de câmbio. Então, a ideia é a seguinte: vamos supor uma taxa de câmbio que equilibra, que viabiliza indústrias utilizando tecnologia no estado da arte, seja uma taxa de câmbio de 100, e um número-índice de 2,5, 2,80, se forem reais ou

dólares, mas vamos dizer 100. Se você tiver uma doença holandesa brava, como na Arábia Saudita, a sua taxa de câmbio corrente vai ser 10, 15, 20, no máximo. Mesmo se você puser um imposto de 100% em cima, vai de 15 para 30 e continua inviabilizando qualquer coisa.

Agora, já no caso do Brasil, com a nossa agricultura, essa taxa de câmbio que está em 100, vai para 80. Se aumentar muito o preço internacional, pode baixar para 70, mas em certos casos, para certos produtos, está em 90, 95, quase nem existe. Para outros produtos, dependendo da taxa de câmbio, inclusive não existe. Hoje, para a agricultura, com essa taxa de câmbio que está aí, deve estar desaparecendo a doença. Se é que, do ponto de vista da agricultura, não desapareceu completamente. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que ela exista no Brasil. Cheguei a ter dúvidas depois que escrevi esse artigo, porque eu me perguntava: como é que a doença holandesa foi descoberta pelos holandeses nos anos 1960 quando estavam explorando o gás de petróleo? O fato é que perceberam que a taxa de câmbio deles estava se apreciando, e eles estavam ameaçados de trocar a Phillips e outras indústrias do porte que eles têm pela produção de gás de petróleo. Claro que eles pararam com a brincadeira e trataram de administrar sua taxa de câmbio e impedir que isso acontecesse. Isso só começou a ser falado nos anos 1970. Os primeiros *papers* escritos, que são poucos, são dos anos 1980. Portanto, no período de grande desenvolvimento do Brasil, 1930 a 1980, nós não sabíamos o que era doença holandesa, e assim mesmo crescemos.

Logo, não foi fácil entender esse problema, e eu devo isso a um economista chileno que esteve aqui, o Gabriel Palma, que é professor em Cambridge. Numa palestra surgiu esse problema e ele disse: *“Mas é claro que nós sempre neutralizamos a doença holandesa. Como? Com aquele maldito, aquele terrível, aquele miserável, aquele infame confisco cambial. Muitas vezes irracional, mal feito, mas foi fundamentalmente por meio de um imposto sobre a exportação de café.”* Era o café, basicamente, naquela época.

Como é que esse imposto sobre o café funcionava nos anos 1970? Passou por várias fases, não havia teoria por trás. Havia, sim, uma prática. Nos anos 1970, como é que isso foi feito? Se fazia uma enorme tarifa de importação para tudo. Em torno de 45,5% na média. Se fazia um grande subsídio na exportação de todos os manufaturados. Explodiram, aumentaram brutalmente, o Brasil teve um enorme sucesso de



exportação, e deixava-se o café sem nada. Sem nada, coisa nenhuma, era o café que estava pagando o imposto de mais ou menos 33%, por meio da taxa de câmbio. Um sistema pouco racional. Seria muito mais racional se tivesse um imposto, uma contribuição se ela fosse variável, discutida politicamente, além de discutida economicamente. Nada disso foi feito. Mas o fato é que nós neutralizamos a doença holandesa. Se formos ver agora, por exemplo, o que está acontecendo na Argentina, ela está mantendo uma taxa de câmbio de 3. O Brasil também teve 3. Para muita gente naquela época parecia que as duas taxas estavam equilibradas; hoje, em 2007, o Brasil está com 1,80, e a Argentina continua com 3.

Mas para manter essa taxa de 3, o que é que está se fazendo? Está havendo um imposto sobre a exportação e a agricultura que deve ser variável, que varia de produto para produto? Aí disse-me um grande amigo: “*Imposto nunca!*”

Tudo bem, pode ser que imposto nunca. Mas eu estou profundamente convencido de que o imposto seria muito bom para a agricultura e para toda indústria brasileira. Como isso? Que imposto é esse? Como é que seria isso?

Vejam, antes, qual é o papel do imposto. O papel do imposto na doença holandesa é deslocar a curva de oferta. Então, se eu ponho um imposto em determinado produto, a curva de oferta daquele produto só passa a ser viável com uma taxa de câmbio mais alta. Por que eu desloquei a curva de oferta? Isso é um cursinho básico de microeconomia, mas é disso que eu preciso como instrumento para raciocinar. Dessa forma, elevo a taxa de câmbio de equilíbrio corrente para ficar igual à taxa de câmbio de equilíbrio industrial, e com isso, se o país tiver capacidade do lado da oferta, ele se desenvolve, e no caso do Brasil, eu não tenho dúvida de que crescerá a taxas muito mais altas do que esta.

Agora, vejam bem, você não pode fazer um imposto hoje, na agricultura, com uma taxa de câmbio de 1,80, nem com 2, mas vamos deslocar esta taxa para ficar em torno de 2,80, ou 2,50. Eu prefiro 2,80, acho que é o número certo para a taxa de câmbio brasileira. E uma parte dessa desvalorização que nós vamos fazer será usada como imposto, e a outra parte fica para os agricultores, que não perderam nada, pelo contrário, ganharam.

Se ainda por cima os recursos desse imposto forem usados, não para gastar

com gasto corrente, mas para criar um fundo de estabilização dos preços agrícolas, no caso de os preços agrícolas baixarem, produto por produto - porque esse imposto tem que ser variável, produto por produto, no tempo - nós subsidiaremos e recompensaremos o agricultor, porque nós sabemos quão violentamente instáveis são os preços agrícolas.

Isso é perfeitamente viável. Ah, mas é complicado politicamente! Eu sei que é, mas essa não é a minha função neste momento. Estou aqui propondo uma discussão teórica, o meu papel é dizer as coisas que as pessoas não têm coragem de dizer. Eu também, para dizer todas essas coisas, tive que pensar muito comigo mesmo. Mas cheguei à conclusão de que isso é tão importante para o Brasil que não tenho nenhuma dúvida que vale a pena os riscos de dizê-lo e receber algumas bordoadas. Fundamentalmente, era isso que eu queria dizer para vocês.

## Roberto Rodrigues

Em primeiro lugar, queria agradecer pelo convite para participar de um evento importante como é a celebração dos 65 anos do Instituto de Economia Agrícola. Estou muito contente de estar aqui por muitos motivos. Primeiro, porque eu nasci na Secretaria da Agricultura. Nasci na Estação Experimental de Cordeirópolis, três meses antes da criação do IEA, de modo que nós estamos com a mesma idade, o IEA e eu. Segundo, porque foi aqui na Secretaria que eu dei os primeiros passos profissionais, sob a batuta do dr. Glauco Pinto Viegas, que foi secretário no ano em que eu me formei em Piracicaba.

Não tenho nenhum pouquinho de saudade de ser secretário, mas tenho saudade das pessoas com quem convivi. Aqui tem um corpo místico extraordinário, gente maravilhosa, tenho saudade de conviver um pouco mais com essas pessoas.

Então, é uma alegria reencontrá-los, alguns líderes rurais das cadeias produtivas modernas que estão aqui hoje representados, e eu queria abraçar a todos.

Estou muito contente, particularmente, por ter ouvido uma aula maravilhosa do professor Luiz Carlos Bresser Pereira, e poder lembrar o passado. Quando ele foi ministro da Fazenda e o Yoshiyaki Nakano o secretário executivo do Ministério da Fazenda, eu era o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Foi o ministro Bresser que deu o primeiro passo concreto para as Cooperativas de Crédito avançarem na criação do Banco Cooperativo. Devemos isso a ele e ao Nakano, que era o secretário executivo.

Enfim, muito contente de cumprimentar o instituto que eu sempre considerei o chapéu pensador do agronegócio paulista, e continua sendo e agradeço pela alegria que me dá neste momento.

Feito isto, eu vou tentar passar para vocês aquilo que me foi solicitado discutir. Algumas ideias sobre a agricultura brasileira, mundial e os cenários possíveis.

O professor Alan G. MacDiarmid, um importante químico neozelandês, que ganhou o Prêmio Nobel de Química há quatro anos, esteve conosco em Brasília muito recentemente, e disse uma coisa que venho repetindo em todos os lugares que vou, a todas as palestras que faço, e que é o seguinte: *“Dos dez maiores problemas que a humanidade vai enfrentar nos próximos 50 anos, cinco dependerão da agricultura. A agricultura*

*terá que participar da solução de cinco delas, que são: energia, água, alimentos, meio ambiente e pobreza. Estes cinco temas terão que ser de alguma forma resolvidos pela agricultura.”* Isso me deixa muito contente porque cresce à nossa volta - e o Professor Bresser Pereira apontou isso, quando disse que a gente não se preocupa muito com a macroeconomia - uma sensação de que a agricultura é um setor inferior da economia e que é cada vez menos relevante. O professor Alan G. MacDiarmid não era agrônomo nem agricultor, era químico. E ele disse que a agricultura é a base do processo de desenvolvimento dos povos. Isso nos dá uma satisfação profissional e o orgulho pela opção que fizemos na vida de trabalharmos com a agricultura.

Eu quero começar essa conversa com isso: qualquer que seja a visão urbanóide que por acaso perpassasse as conversas que a gente escuta, o dado de realidade é que a agricultura continuará sendo a base do desenvolvimento das nações.

Feito isso, vou começar a falar, muito rapidamente, sobre tendências macro, em relação à agricultura no mundo, depois falar um pouquinho sobre o agronegócio brasileiro, dar uma ênfase para o tema da agroenergia, que é o tema da moda, que está hoje, literalmente, pegando fogo, e terminar com algumas ideias sobre como nos inserir nesse processo todo.

Em termos de algumas tendências e alguns cenários, são coisas muito rudimentares. A primeira delas, e que me preocupa muito, é o tema ligado à forma de apresentação e de demanda de alimentos que a população no mundo, hoje, tem criado. E essa forma está cada vez mais centrada na sustentabilidade do produto, em que se considera a vertente econômica, ambiental e social, mas cuja ênfase do lado dos países desenvolvidos está na área ambiental, e nesse sentido as pessoas querem saber como é que o produto foi feito, quais insumos foram usados, que sistemas de produção foram caracterizados, que mão-de-obra foi usada, qual processo industrial etc.

Isso implica em rastreabilidade e certificação. Este é um tema que é recorrente aqui nessa casa. Eu ouço sempre os técnicos da Secretaria tratando dessa questão, mas não vejo ainda um esforço coletivo e, inclusive, do lado privado agrícola na direção da rastreabilidade e certificação. Em algumas áreas isso está acontecendo bem, sobretudo na área de fruticultura, temos um esforço muito grande, como por exemplo, a Produção Integrada de Frutas (PIF) e o Sistema de Apoio ao Produtor (SAP).

Na área de pecuária avançamos um pouco com o Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (SISBOV), mas não tanto quanto gostaríamos, porque há uma questão fiscal que preocupa a área, esse segmento da economia, mas nós temos uma grande chance de perder mercados sem os produtos rastreados e certificados. Eu queria lembrar que não estou falando de tendências hipotéticas ou de possibilidades. São fatos que estão acontecendo todos os dias.

Hoje, há supermercados europeus, americanos, japoneses, e até aqui no Brasil, que já dizem a fazenda em que aquele boi foi produzido e sob que condições. É um carimbo de qualidade que o animal tem. Essa é uma tendência.

Uma outra questão relevante em termos de tendências é a demográfica. Os dados mais conservadores das Nações Unidas indicam que entre 2000 e 2030, a população do planeta crescerá 2,1 bilhões de pessoas. Não é que nascerão 2,1 bilhões de pessoas, nascerão quase 4 bilhões de pessoas nesses 30 anos, mas morrerá uma boa parcela delas. Pois pensem nesse número. Em 2000, nós éramos 6,1 bilhões. Em 2030 seremos 8,2 bilhões. Passa na cabeça de vocês que em 30 anos a população brasileira crescerá um terço a mais. Isso significa uma impressionante demanda por produtos de origem agrícola.

Nessa questão demográfica, há mais duas ou três vertentes que são interessantes. A primeira é que em 2000 53% da população do mundo vivia no campo e em 2030 apenas 39% da população viverá no campo. Isto é, além de crescermos 2,1 bilhões, o aumento das populações urbanas será muito maior do que o aumento das populações rurais. Isso é muito sério, muito importante para nós considerarmos. Por quê? Porque na cidade a mulher trabalha o dia todo. E trabalhando o dia todo, a forma de oferta de alimentos terá que ser, forçosamente, com alguma agregação de valor, uma semi-industrialização, um semipreparo, o que exige dos agricultores um compromisso nessa direção. E também o cooperativismo tem aí um papel absolutamente fundamental, bem como todo o sistema agroindustrial de produção de alimentos.

Uma outra questão interessante é essa coisa do êxodo rural. A migração urbano-rural em alguns países tem uma perspectiva fantástica. A China, por exemplo, em 15 anos deverá ter uma migração rural-urbana de 350 milhões de pessoas, pratica-

mente o dobro da população brasileira que sai do campo às cidades em 15 anos. Então, você vai numa cidade como Xangai, por exemplo, e ela tem mais ruas do que em todas as capitais europeias somadas. A China gasta hoje 52% do cimento que é consumido no mundo para preparar as cidades para esse monumental movimento de migração que virá do campo para as cidades. Isso muda completamente os sistemas de produção.

Desses 2,1 bilhões de pessoas que crescerão em 30 anos, 85% serão nos continentes da Ásia e África, onde estão os países mais pobres do mundo. Curiosamente, 65% da população aumentará na Ásia e 20% na África. Só 15% ocorrerá nas Américas, na Europa e na Oceânia. E assim mesmo, na América, o crescimento maior será na América Latina, onde estão os países mais pobres, obviamente. Então, o que nós temos? Um crescimento enorme da população, acompanhado de um êxodo rural enorme, sobretudo nos países mais pobres onde a população crescerá mais. Isso significa que se olharmos para outros mercados agrícolas, como aliás faremos em seguida, o fluxo de mercado mudará.

Tem ainda um último fato, que é curioso, mas vale a pena refletir sobre ele, porque isso interfere também na oferta de alimentos, e que é o seguinte: em 2000, já havia no mundo 140 mil pessoas com mais de 100 anos. É um número importante. Eu não tinha ideia disso. E em 2040, seremos, e convido a todos para um centenário interessante, 1,5 milhão de pessoas, 11 vezes mais do que era 40 anos antes. Significa uma mudança do tipo de alimentos a serem consumidos, até porque um homem de 90 anos não consegue comer mais como um homem de 20 anos. Amolecem os dentes, a gengiva, as coisas... As pessoas não conseguem mais!

Somado ao fato demográfico e ao fato de tendências por demandas, há um outro dado absolutamente interessante. Segundo as Nações Unidas, os países em desenvolvimento terão, nos próximos 10 anos, um crescimento *per capita* de renda quase igual ao dobro do que os países desenvolvidos. O que isso demonstra para nós? Demonstra que as populações vão crescer mais numericamente, e em termos de renda, nos países mais pobres e nos países em desenvolvimento. Portanto, é aí que os mercados para a agricultura tendem a crescer de forma espetacular.

Nós temos também outras tendências, vamos passar rapidamente por elas, entre elas a questão ambiental. Ontem mesmo eu estive num congresso que está acontecendo em São Paulo sobre mudanças climáticas e este é um dado controverso. Dependendo da matriz pela qual se orientam os pesquisadores, você caminha para um aquecimento global muito rápido e muito grave, mas há pesquisadores da área de climatologia que não consideram este como um fato determinado, ao contrário, há quem afirme que a gente caminha até para algum resfriamento, no longo prazo, no mais longo prazo. Mas o fato dado e concreto é que existem mudanças climáticas acontecendo, no mundo inteiro. E isso determina mudanças tecnológicas na agricultura.

E a questão tecnológica está incluindo os estudos de nanotecnologia. É um negócio absolutamente revolucionário para agricultura, como também para qualquer atividade científica. Todos acompanharam, de perto ou de longe, a luta que tivemos dentro do governo para fazer uma lei de biotecnologia moderna que abrisse ao Brasil a condição de participar do processo de crescimento dessa área.

E hoje eu tenho andado bastante pelo mundo discutindo a questão da agroenergia, e sempre que vou aos países desenvolvidos procuro conhecer o que está acontecendo na área de biotecnologia. Agora mesmo visitei um laboratório nos Estados Unidos que identificou o gene que existe numa alga na Groenlândia e que é comida por peixes daquela ilha, e os habitantes da Groenlândia comem os peixes e não têm problemas cardíacos. Chama-se Ômega 3. Este elemento que está no organismo dos habitantes da Groenlândia inibe os problemas cardíacos. Eles separaram esse gene, colocaram na soja transgênica, e daqui a cinco anos todos nós vamos comer soja com Ômega 3. Portanto, o enfarte vai diminuir bastante daqui a cinco anos. Vamos aguentar que a coisa vai melhorar muito. A biotecnologia tem essa relevância. Muda até mesmo conceitos dos limites da vida. Fora outras questões.

Um ex-presidente da EMBRAPA disse-me recentemente que cientistas canadenses conseguiram separar o gene responsável pela resistência da teia de aranha, que é uma coisa fortíssima. E inocularam em tetas de cabras leiteiras, de cujo leite texturizaram a proteína e com ela construíram um cabo. E este cabo está sendo testado num porta-aviões no Canadá, hoje. Quando o avião desce no porta-aviões, um cabo

o segura para não cair do outro lado do mar. Este cabo é feito com meio sangue de teta de cabra e com teia de aranha.

Quem poderia imaginar uma coisa dessas 20 anos atrás? Biotecnologia, sem dúvida, é uma coisa monumental. O que vier a acontecer em termos de mudanças tecnológicas, a agricultura terá que ter respostas para dar às demandas colocadas.

Estas são algumas discussões que buscam mudanças tecnológicas: a questão ambiental, a questão de tendências por ofertas de produtos e a questão demográfica. São algumas das coisas que estão acontecendo. E reitero, não são coisas que talvez aconteçam. Elas estão acontecendo. O trem da história vem apitando na curva e eu acho que nós estamos ainda jogando truco na estação, sem olhar muito a verdade que vem atropelando a realidade agrícola mundial.

De qualquer maneira, o agronegócio brasileiro continua sendo extraordinário, não obstante todos os problemas que temos. Vamos falar um pouquinho sobre câmbio. Ontem, havia um artigo do ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, dizendo que com o *investment grade*, que todos esperamos que aconteça, é possível que o câmbio venha a 1,50, 1,40. Por que não a 1,20? Então, qual é o limite de tolerância que a economia rural tem em relação a isso? Que compensações podemos ter?

Eu fui outro dia à Argentina, num Congresso de Agricultores. Havia 3.000 agricultores argentinos. Eles estavam cantando samba, nem tango mais, de tão alegres que estavam. Lógico! A 3 pesos o dólar, estão nadando de braçada, mesmo com imposto de exportação, está sobrando dinheiro para eles. E nós aqui com 1,72 ou 1,73. Quanto está hoje? 1,73. Bom, realmente, o assunto é grave.

Não obstante essas questões todas, o agronegócio é uma quarta parte do PIB brasileiro hoje, gera um terço dos empregos no País, é responsável por um terço das exportações, mas é responsável também por 92% do saldo comercial das exportações. Só um terço das exportações vem pelo saldo comercial, e o que é importante, o PIB relativo do agronegócio em relação à economia brasileira vem caindo, felizmente. Eu não acho que isso seja um problema, acho que é muito bom, porque significa que os outros setores da economia também estão se desenvolvendo. Não podemos imaginar que vamos ter um país agrícola a vida inteira, por todos os tempos. Então, é importante que isso aconteça.



E o agronegócio tem se firmado no campo graças a uma parceria extraordinária entre a pesquisa agrícola e o empresário moderno brasileiro. Isso, sem dúvida, é um dado de realidade. Entre 1990 e 2007, portanto, em 16 ou 17 anos, a área de grãos do Brasil cresceu 21,8%, enquanto a produção cresceu 126%. Repito, o crescimento da produção de grãos foi de 126%, contra uma área de 21%. O que significa isso? Incorporação de tecnologia, sistema de produtividade, inclusive com redução de custos.

Se nós observarmos, porém, o que aconteceu nos primeiros 10 anos, observaremos que o crescimento foi pífio, praticamente inexistente. O grande crescimento foi de 1999 para frente. Que aconteceu em 1999? Liberação cambial. Nós tivemos aquela amarração, aquela falsidade cambial. Liberado o câmbio, nós tivemos desamarração de um processo, houve uma renegociação de dívidas. Criou-se o Programa de Modernização da Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas (MODERFROTA) dando um empurrão na mecanização rural brasileira, que estava totalmente sucateada, e ainda houve uma renegociação de dívidas que permitiu uma oxigenação no setor. Então, a explosão com políticas públicas adequadas, com taxa de juros pré-fixada e não pós-fixada como era antes, deu um espaço de crescimento muito grande para a produção de grãos no Brasil.

Contudo, não apenas de grãos, mas os outros segmentos todos tiveram um crescimento exponencial. Aqui, eu chamo atenção para o frango, que foi muito endeusado durante o Plano Real, tido como o grande modelo de sustentação econômica para este plano, porque os preços caíram enormemente, os custos também caíram até um certo momento, mas o fato é que em 13 anos, a produção de frangos cresceu 170% no Brasil, uma coisa notável. Eu não conheço coisa igual. Eu fui presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, viajei durante dez anos, fui a 81 países, pelo menos duas a três vezes em cada um deles, e sou capaz de jurar que não existe nenhum país que tenha feito uma reforma, uma revolução tecnológica como o Brasil fez. Graças ao Instituto Agrônomo, EMBRAPA, e todos os Órgãos de Pesquisa de São Paulo que nós temos aqui, como o Instituto Biológico, de Pesca e esse chapéu pensador, o Instituto de Economia Agrícola, da nossa Secretaria de Agricultura. Então, o fato é que nós temos tido um crescimento segmentado, pelo menos espetacular. No entan-

to, o PIB do agronegócio, como nós vimos, vem tendo quedas. Aqui tem uma observação cabotina, que eu vou fazer e acho que vale a pena, a gente fazer um pouquinho de ato de contrição e, ao mesmo tempo, arrumar um passaportezinho para o céu.

Todo mundo sabe que na agricultura há um preço médio e os preços que oscilam, em função da oferta e da procura. Todo agricultor sabe que não deve iniciar um negócio novo na agricultura quando os preços estão muito acima da média. Por quê? Porque eles vão cair. Quem começa um programa novo contando que vai ganhar um rio de dinheiro, porque o preço está aqui em cima e o custo está lá embaixo, vai quebrar a cara. Faz orçamento, investimento e quebra. Então, nunca se deve investir na agricultura quando os preços estão muito acima da média, que eles são puxados para a média. O bom é quando está bem abaixo da média. E quando está bem abaixo da média, e os custos são mais altos do que os preços, ninguém pode começar um negócio com o custo maior do que o preço. Na agricultura, a lição é a seguinte: o que vale é a média, a referência é a média. É em torno da média que o agricultor deve fazer investimentos, e fazer orçamentos e pensar sempre.

O agricultor sabe disso, eu sei disso, ensinei para os meus filhos, para os meus netos, e nós conseguimos tocar a vida desse jeito. O que eu não pensei é que você nunca deve ser ministro da Agricultura quando os preços estão lá em cima. Porque vão cair, também, na sua cabeça. Está certo?

E vai dar no que deu. Vocês viram aqui o que aconteceu nesses anos: 2003, 2004, 2005 e 2006. Caiu de tal forma o PIB agrícola brasileiro que a crise foi maior que a de todos os tempos, e quando eu, entrevistado por um jornalista e ele me perguntou: “*Como é que você acha que vai ser lembrado?*” Falei: “*Como ministro da crise*”. Ele falou: “*Coitado?*” Coitado mesmo. Porque o desastre foi brutal. A salvação é que não há mal que sempre dure. E a gente está começando a se recuperar conforme era previsto, conforme anunciei desde aquele tempo.

De qualquer maneira, nós temos uma história na agricultura brasileira recente que é absolutamente fantástica. Esses números são, naturalmente, impossíveis de serem vistos pelos senhores, e eu vou assinalar alguns deles. Eu estou tratando deles, em função dessa discussão que está havendo hoje, se a Rodada de Doha acaba ou

não acaba, se vai avançar, ou não vai avançar. Eu sou muito cético em relação ao avanço de Doha, mas independentemente disso, o dado de realidade é que nos últimos dez anos, de 1997 a 2006, o complexo soja, que em 1997 exportou 19 milhões de toneladas, exportou no ano passado 39 milhões de toneladas. Mais do que dobrou em volumes físicos. Financeiramente falando, o aumento foi só de 67% por causa dessas questões todas que nos referimos, câmbio, preço etc. Em 1997, nós exportamos 930 mil toneladas de carnes, todas elas: bovina, suína e de frango. No ano passado, 5 milhões de toneladas. Cresceu mais de cinco vezes, em dez anos, a exportação física de carnes. Produtos florestais, de 7 milhões para 14 milhões, dobrou. Setor sucroalcooleiro, de 6,5 milhões para 21,6 milhões, três vezes mais em uma década. Café, mesmo o café que sofreu muito nesse período por causa de preços baixíssimos, saiu de 933 mil toneladas para 1,5 milhão de toneladas. Quase dobramos no mesmo período as exportações de café. Fibras, de 212 mil para 600 mil toneladas, e assim por diante. Milho, então, é um negócio absolutamente revolucionário, pois nós saímos de 350 mil toneladas em 1997 para 4 milhões de toneladas no ano passado.

Então, o fato é que, com ou sem a OMC, com acordo ou sem acordo, a competência do agronegócio brasileiro nos permitiu esse crescimento espetacular que dá origem a esse superávit comercial crescente e sempre bem tratado pelo agronegócio do Brasil. As importações do agronegócio se mantêm quase que estabilizadas ao longo desses mesmos dez anos, vis-à-vis o impressionante crescimento das exportações. A verdade é que o saldo comercial tem sido salvo sempre pelo agronegócio em relação aos demais setores da economia.

Há quarenta e tantos anos, o café era 70% da exportação brasileira, 80% da exportação brasileira do agronegócio; hoje 6%. E quando tive aula de soja, em 1963, com o professor Jairo Abraão Teixeira Mendes, que também não conhecia a soja, porque não havia, ele trouxe um vaso para nós, com uma plantinha de soja, e falou: “*muito prazer, soja; muito prazer, Jairo*”. Porque não tinha soja em 1963-64. Quase dez anos depois eu quis plantar soja com rotação de cultura com cana, e fui buscar lá no Rio Grande do Sul a variedade Rali 7, Davis, Bragg, porque não tinha variedade precoce por aqui. Então, soja, há 40 anos era uma coisa incipiente. E homens notáveis como o José Gomes da Silva, que falaram muito da soja, o Ismar Ramos de Moura, que traba-

lhou muito com esse negócio de soja, foram pessoas que introduziram a soja, que hoje representa 20% da exportação brasileira. Por que isso é importante? Para dizer que diante das tendências que indicam demandas crescentes no mundo, poucos países têm a capacidade de adaptação rápida para novas atividades incorporando tecnologias e ampliando a sua condição de suprimento aos países consumidores.

Em termos de valor, para países selecionados, há também aqui algumas mudanças interessantes. No ano passado, a União Europeia e os Estados Unidos foram sistematicamente os maiores mercados para o agronegócio brasileiro. E até dois ou três anos atrás representavam, somados, mais de 50% do nosso mercado. No ano passado, a União Europeia em primeiro lugar, os Estados Unidos em segundo lugar, a China em terceiro, a Rússia em quarto, o Irã em quinto, representaram 60% das exportações brasileiras, e os mercados novos no Oriente Médio, na Ásia e na África vêm explodindo em termos percentuais. É bem verdade que sair de 1% para 5% em um crescimento de 500% é muito importante, embora continue 5% e os Estados Unidos continuem com 18%, 19%, mas mesmo assim, a visão que nós precisamos ter dessa mudança de fluxo de comércio é fundamental para se atentar ao que esses consumidores desejam, para continuar participando do processo produtivo mundial.

Agora, o último exercício que eu fiz sobre valorização cambial foi em julho de 2007, porque eu sempre coloco a hora do plantio e a hora da colheita para mostrar em que câmbio estamos plantando vis-à-vis o câmbio que estamos colhendo.

Esse dado entre os plantios e colheitas, de 2002 para cá, nos indica uma perda consolidada de 31% só na questão cambial, e nós podemos dizer que a colheita do ano que vem, isto é, da safra que estão plantando agora, cujos insumos já compramos a US\$1,80, US\$1,90, talvez seja feita a US\$1,20 ou US\$1,30. Então, o buraco vai aumentar mais ainda, e se nós não tivermos compensações na área fiscal, na área de preço do custo do dinheiro, na área de juros e de logística, nós vamos morrer, literalmente, sem condições de sobreviver, ou seja, de competir internacionalmente.

Eu começo a ouvir por aí vozes acusando a agricultura de ser responsável pelo aumento da inflação. Isso me irrita bastante. Porque todos os quadros estatísticos de preços agrícolas que existem demonstram a tendência de queda sistemática ao longo do tempo. Tem uma barriguiinha, agora, por causa principalmente do milho lá nos

Estados Unidos, na história do etanol. O importante é que de 1994 até 2007, desde o Plano Real até agora, o IPCA teve uma variação de 212%, na agricultura; o produto que cresceu mais foi o leite, 181%, e mesmo assim, abaixo dos 212% do IPCA. Isso aqui era em agosto, mas já caiu muito nos últimos três meses e o preço do leite, hoje, está muito abaixo de 181%. Aves e ovos 170%, carne 150%, hortaliças 150%, grãos 124%, e com as frutas nós tivemos uma perda de 34% no período, nesses 10, 13 anos, ao passo que vários custos públicos que os agricultores precisam pagar para fazer o seu trabalho subiram muito mais do que o IPCA, comunicação 661%; combustível 634%; aluguel 470%; transporte público 440%; energia elétrica 393%; e plano de saúde 321%. Fora o que vem em relação à energia pela frente, e que estamos todos sabendo.

Então, na verdade, dizer que a agricultura é responsável por algum suspiro inflacionário, eu não vou falar nenhum palavrão, não tem cabimento.

Depois da questão cambial, vamos falar um pouquinho de biocombustíveis, e nesse sentido temos dois horizontes: um é o de alimentos e outro de energia.

A FAO publicou recentemente um trabalho demonstrando que, nos próximos 30 anos a oferta mundial de grãos e de carnes precisa crescer 42%, dado o crescimento da demanda - em função basicamente do aumento da população e da renda média no mundo. E os organismos que trabalham com energia avaliam que a demanda por energia no mesmo período crescerá 50%, e a demanda por combustíveis líquidos crescerá 55%. Esses são os dados macroeconômicos, para começo de conversa. Demanda de grãos e carnes, 42%, demanda de combustíveis líquidos, 55%.

Na linha de pensamento de Alan G. MacDiarmid, a agricultura tem responsabilidades óbvias nas duas direções, e ela tem respondido a isso. No século passado, século XX, já estamos falando em século passado com uma facilidade enorme, a agricultura respondeu à demanda criada pela fome na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, a partir do Programa de Segurança Alimentar, via uma estratégia de subsídios gigantescos, e que até hoje persistem e amarram a Rodada de Doha. No século XXI, na questão energética, a agricultura terá que responder por duas demandas monumentais: a de alimentos e a de biocombustíveis, ou de energia renovável em grande parte. E o tema que se apresenta curiosamente nessa questão é o fato de que até

1900, quando o século XX estava para começar, a grande fonte de energia no mundo era a lenha, a biomassa, a agricultura e o carvão mineral, que vinham do campo. De repente, em poucas décadas do século XX, o petróleo se transformou na fonte central de energia para o mundo inteiro.

Nos anos 1970, apresentamos ao então presidente Ernesto Geisel um programa que desenvolvemos para um projeto de produção de álcool no Brasil, tendo em vista o fato de que era uma loucura, uma insanidade coletiva da humanidade, montar uma civilização inteirinha em cima de um produto fóssil, finito e mal distribuído no planeta, como é o caso do petróleo. Hoje, acordamos no século XXI, e a informação é que hoje, o barril de petróleo está a US\$97, muito provavelmente amanhã ou depois romperemos a barreira dos US\$100; então, ficou visível para a humanidade que o crescimento da demanda por combustíveis não corresponde ao crescimento da oferta, o que leva à alta dos preços e o que nos leva a pensar nos biocombustíveis como uma alternativa importante para essa demanda crescente de combustíveis líquidos.

Eu quero muito claramente responder desde já a uma pergunta: *“Ah, então você quer que o álcool substitua a gasolina?”* Não! Não quero nem que o álcool substitua a gasolina e nem que o álcool seja a única solução. Hoje, porém, o etanol e o biodiesel estão ao alcance da sociedade no mundo inteiro, a tecnologia é a mesma conhecida e nós sabemos fazer isso bem feito. Por que biocombustíveis? Nesta casa, não vou falar de ganhos ambientais, renovabilidade econômico-social, nós vamos falar um pouquinho de aspectos políticos.

Por que o biocombustível é importante? E isso, hoje, o ministro Bresser nos disse que estamos exportando petróleo. O Brasil é autossuficiente em petróleo, porque 40% dos combustíveis que nós gastamos são agrícolas; o etanol e o biodiesel em nossa matriz energética, 45% são renováveis, o que acontece em apenas 14% no mundo. E o mundo nos olha com admiração e curiosidade, e ao mesmo tempo com alguma inveja, um pouco de raiva e medo também da nossa competência, capacidade competitiva, mas o fato é que nós temos uma capacidade técnica, nessa área, espetacular.

O que está por trás do que pode acontecer em relação a combustíveis líquidos, etanol e biodiesel principalmente? Em primeiro lugar, não existe um mercado de biocombustíveis. Fala-se muito, vou produzir porque o mundo... Mas cadê o mercado? Não existe o mercado. Tanto não existe que esse ano a oferta de cana aumentou 7% no Brasil, que não é uma coisa muito importante; os preços caíram, porque não tem espaço para mais 7%. Então, a situação exige uma visão estratégica.

Nós precisamos primeiro fazer com que todos tenham a total compreensão da substituição do combustível fóssil pelo renovável. Eu fui muitas vezes ao Japão, Coreia, Estados Unidos e Europa, discutir isso quando estava no governo, e todo mundo olhava para nós com cara de Mona Lisa. Até que alguém no Japão me deu uma resposta clara: a troca do que eu vou substituir a minha dependência de petróleo da Arábia Saudita por álcool do Brasil? Que confiança eu posso ter em vocês, se nem vocês - naquele ano, em 2003, tinha faltado álcool - abastecem a si mesmos. Que confiança posso ter em vocês? Obviamente, nós só podemos pensar em uma substituição dessa natureza se tivermos três coisas acontecendo. Primeira, mais países produzindo, tem que ter mais gente produzindo.

Segunda, nos países potenciais consumidores precisamos de legislações que obriguem a mistura. A história de que pode misturar quem quiser, ninguém vai seguir. Se tiver uma lei obrigando, as pessoas vão misturar e o mercado surgirá. Só vamos ter mercado no dia em que tivermos mais países produzindo e leis que exijam a mistura, ou então não se cria o mercado. E o Brasil tem a responsabilidade de criar uma estratégia para isso. Não temos estratégia, vamos falar mais sobre isso para frente.

Nós temos hoje 11 Ministérios tratando de etanol no Brasil. E ninguém é ruim, todos são competentes, tem gente séria, competente e bem intencionada, porém não conversam um com o outro. Então, não tem estratégia, não temos estratégia. E o setor também não tem. Estão plantando cana até em jardim de igreja por aí afora. Resultado: não tem mercado para a cana que está sendo produzida hoje no Brasil.

Você fala: *“não... mas vão fazer mais países produzirem etanol de cana, porque a melhor matéria-prima que existe é cana para etanol. Ah, vão criar concorrência?”* Não vamos, porque nós somos os melhores do mundo em cana. Então, quanto mais gente plantar cana,

mais alto vai ser o custo médio de produção e, portanto, mais eu vou ganhar exportando. Então, é preciso investir em outros países para produzir etanol, e aí eu não quero exportar álcool, eu quero exportar usina, tecnologia, inteligência, competência e informação, tudo o que nós temos depois de 35 anos de PROÁLCOOL e que ninguém tem no mundo, e é isso que temos que fazer. Ensinar o Japão, a Alemanha, a Europa inteirinha, a Coreia, a China e os Estados Unidos, ensinar que é preciso misturar combustíveis compulsoriamente para que o mercado funcione de forma adequada.

Anteontem, eu recebi para uma conversa muito interessante o governador da Flórida, que está ainda hoje aqui. Acho que está indo embora hoje para os Estados Unidos e quer comprar etanol. Por quê? Porque a Flórida consome tanta gasolina quanto o Brasil inteiro. Se eles misturarem 20% de etanol na gasolina deles, é outro PROÁLCOOL que nós precisamos fazer. E por que eles querem importar do Brasil? Porque o álcool de milho produzido em Iowa vem por terra para Flórida, chega muito mais caro que o álcool nosso de navio. Só que não pode fazer, porque tem uma tarifa que os americanos colocaram para o álcool brasileiro.

Sem dúvida, o mercado do etanol passa fundamentalmente por essas questões. E aqui é que vem aquele tema que coloquei sobre a vantagem da agroenergia, e que é a mudança da geoeconomia agrícola mundial, e até da geopolítica mundial em função da energia. Na figura 1, os países mais escuros são os que consomem mais energia, ao norte do Trópico de Câncer, e os países mais claros são os que consomem menos energia. No entanto, biocombustível ou agroenergia dependem do quê? Terra disponível, sol o tempo inteiro, água, gente capacitada, tecnologia e capital. Onde estão a América Latina inteira, toda a África Subsaariana, uma boa parte da Ásia, como Tailândia, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Malásia, Camboja, Laos etc., estas áreas têm terra disponível, tem gente, sol, em boa parte água à vontade, tecnologia, mas o capital está aqui. Acredito muito numa revolução política e econômica no mundo, com capitais fluindo do norte para o sul para produzir energia aqui e a energia fluindo do sul para o norte, mudando o paradigma agrícola mundial, e mudando a geopolítica mundial em função da energia, que é um fator fundamental para o progresso de qualquer nação no mundo inteiro.



Há quem diga, quando eu falo que é uma nova civilização, que estou exagerando. Fui a um congresso e levantou um rapaz do Chile, muito bem intencionado, e falou: “*Ab, mas se não resolver a OMC, não adianta nada; mas se não desmatar a Amazônia, não adianta nada...*” A gente tem duas posturas na vida: uma é construir, acreditar e trabalhar, para que o sonho vire realidade, e a outra é falar “*não vai dar certo, isso não vai funcionar*”. Eu estou na primeira, porque eu quero viver mais 40 anos, pelo menos, e depois como costume brincar, quero morrer assassinado, como todo mundo sabe, por um jovem ciumento e no flagrante...

Mas eu acredito que estamos diante da possibilidade de uma nova civilização, com base numa geoeconomia agrícola diferenciada que muda a própria geopolítica mundial. Então, essa é a construção de um novo mercado e que hoje ainda não existe, porque o Brasil é o único exportador; o Brasil e os Estados Unidos representam 78% da produção de álcool. Os americanos consomem tudo o que gastam, o Brasil exporta 2,3 bilhões de litros por ano, o que é muito pouco. Depois da mistura compulsória conforme a resolução da Agência Nacional de Petróleo (ANP), tem como utilizar o produto, com regras, padrões, parâmetros definidos e até com certificações, e depois nós temos que fazer as parcerias.

Protecionismo é outro negócio importante que nós precisamos impedir. Eu estou sugerindo ao Itamaraty que negocie com a OMC um capítulo especial para biocombustível e para agroenergia, porque esse cenário vai mudar a agricultura mundial, e nós não podemos permitir que os subsídios agrícolas para os alimentos contaminem a agroenergia, porque aí todo aquele sonho de uma civilização diferente não vai dar certo. O fato é o seguinte: o Brasil tem hoje 3% do seu PIB agrícola representado por subsídios, só 3%.

Ao passo que todos os países, da China para cima, têm mais de 17% ou 20% de subsídios sobre o PIB do país, o que, obviamente transforma esses países em países que não têm agricultores, têm tomadores de subsídios, porque a agricultura não dá 15% de lucro, na média, nunca. Então, todo mundo é tomador de subsídio, e não tem agricultor competitivo, produtor rural.

Isso aí é só para falar sobre potencial. Tem mercado? Não tem. O presidente Bush veio aqui outro dia, em março, e falou que ia misturar 20% do álcool na gasoli-

na em 2017. Isso significa 120 bilhões de litros. Nós estamos produzindo neste ano perto de 20 bilhões de litros. Significa seis vezes mais do que nós produzimos depois de 35 anos de PROÁLCOOL. Mas se eles puserem só 5%, já é 1,5 vezes mais do que nós consumimos no Brasil hoje. A Europa, com 5%, é metade do que nós consumimos hoje no Brasil. A China, com 10%, são 5 bilhões de litros, e assim por diante; portanto, o mercado potencial, realmente, é monumental. Transformá-lo em realidade é que depende de ações estratégicas para as quais nós temos que prestar atenção.

A McKinsey - empresa de consultoria que opera em 51 países - fez uma análise sobre o *break even point* (ponto crítico de vendas), a partir da qual o preço do petróleo torna o biocombustível competitivo. E eles consideram que é em torno de US\$40, enquanto o etanol é competitivo em qualquer lugar do mundo. A US\$90 eles consideram que 50% do petróleo pode ser misturado com o etanol. Então, nós estamos em um horizonte dessa natureza.

Os impactos sociais são importantes, o selo do biodiesel hoje e a pressão do governo no Nordeste e no semiárido é muito interessante. Tem vantagens sociais para isso, as vantagens sociais são óbvias nos países em desenvolvimento.

E há alguns dados que são interessantes em relação ao mercado de trabalho, que vem crescendo no Brasil, inclusive na área de escolaridade e de salários, em função da demanda de biocombustíveis. Na área ainda ambiental, nós sabemos que a cana-de-açúcar é a melhor matéria-prima, por razões de números, mas quanto ao balanço energético, é fundamental. Nós gastamos uma unidade de combustível fóssil para produzir 8,5 litros de combustível renovável. Então, a cana é fantástica, vis-à-vis o milho americano que gasta uma unidade fóssil para produzir 1,5 litro de combustível renovável. Em termos ambientais, econômicos, técnicos e mercadológicos não se compara o etanol de cana com nenhuma outra matéria-prima, assim como o dendê e o óleo de palma são infinitamente melhores que qualquer outra matéria-prima para produzir biodiesel.

Nós sabemos que esse é um quadro que todo mundo conhece, já estive em vários artigos de jornais, é preparado pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) e mostra que mil ônibus a diesel substituídos por ônibus a etanol evitariam 96

mil toneladas de CO<sup>2</sup> por ano, o que equivaleria a 20 mil automóveis de gasolina andando três horas por dia.

Bom, finalmente, a gente precisa desmitificar algumas coisas, é a história da mentira repetida. Repete, repete, repete, vira verdade. Todos os dias dizem-me da Alemanha, Japão, Austrália, Estados Unidos e Canadá, “*mas vocês vão produzir álcool e vai faltar comida*”. Não é verdade! A Comissão Hemisférica, que eu presido junto com Jerry Bush e o Luiz Moreno, encomendou um trabalho ao Instituto Panamericano de Cooperação para a Agricultura (IPCA), da OEA, que demonstra que todos os países da América Latina, sem exceção, têm um enorme potencial de produção de biocombustíveis e de produtos agrícolas em geral.

E o caso brasileiro é absolutamente extremo; nós temos 62 milhões de hectares agricultados, hoje, dos quais 3,2% com cana para etanol. Portanto, só 5% da área agricultada no Brasil hoje é para produzir etanol, e temos 90 milhões de hectares de pastagens. Hoje, são 90 milhões de hectares aptos para a agricultura por condições edafoclimáticas. Deles, só 22 milhões de hectares têm boas condições para o plantio de cana. Portanto, o máximo que nós podemos crescer no Brasil é 7,5 vezes a área atualmente ocupada com cana para produzir etanol. E a produção de 15 vezes, porque nós vamos duplicar a produtividade por hectare dentro dos próximos 10 a 15 anos. Então, o limite que o Brasil pode produzir é 15 vezes os 20 bilhões de litros que produzimos hoje, ou 300 bilhões de litros, seria 12% a 13% do consumo de gasolina daqui a 15 anos. E ainda sobriam 68 milhões de hectares para produzir comida. Portanto, dizer que vão produzir álcool e vai faltar comida, ou é desinformação, ou é preconceito, ou é má fé. Porque não tem cabimento fazer uma afirmação dessa natureza, tem terra para tudo, para o Brasil fazer agricultura de alimentos, de grãos, de fibras e de energia.

Além disso, temos que olhar para frente, não podemos pensar como Malthus, “*Vai faltar comida porque a produtividade não vai aumentar*”. O que aconteceu com a cana em termos de produtividade desde que o PROÁLCOOL surgiu é um negócio que aumentou muito. Então, a atividade é sustentável, assim como também os grãos, frangos etc., tudo aumentou muito mais por causa da tecnologia que nós incorporamos. E tem outra coisa, a cana é uma atividade concentradora de renda e riqueza, e

isso sim é uma coisa que nós temos que combater, porque não dá certo, temos que aproveitar o momento e fazer uma coisa mais distributivista. A cana entrou em regiões agudas, caso da Grande Guariba, que acopla, desde Ribeirão Preto, Jaboticabal, Sertãozinho e todos aqueles pequenos municípios vizinhos. Surpreendentemente, o amendoim e a soja entram como rotação de cultura e de cana, e Jaboticabal e Sertãozinho, municípios eminentemente canavieiros, são hoje o primeiro e o segundo maiores municípios brasileiros produtores de amendoim. Porque a cana-de-açúcar permite a rotação de cultura. Então, ela não só não compete com alimentos porque está entrando nas áreas de pastagens, como também onde antes não se produziam grãos, com a cana os grãos passam a ser produzidos. Sobretudo leguminosas, para fazer a rotação com a gramínea, que é a mais antiga tecnologia agrônômica do mundo.

Outro tema: *“Ah, vocês vão acabar com a Amazônia para plantar cana”*. Não vão, porque não precisa. Um quadro elaborado pela UNICAMP mostra de novo que a melhor área do Brasil está na Grande Guariba, que pega Ribeirão Preto etc. Mas temos muita área boa para o cultivo de cana-de-açúcar, de modo a constituir um espaço aqui de 22 milhões de hectares de pastagem para crescer. E a Amazônia está fora, nem consideramos isso. Por várias razões, primeiro porque a logística é inadequada, fica muito caro tirar álcool de lá; segundo, porque em boa parte da Amazônia, o clima não é positivo para cana-de-açúcar; não é que não dá cana, dá demais, não dá é açúcar. E terceiro, porque não precisa. Mais importante, não precisa. Nós temos outras áreas mais próximas dos consumidores e mais próximas dos portos, ou seja, não precisa ir para a Amazônia. Então, não vai acabar com a Amazônia para plantar cana.

Tem que ter bom senso na vida. Ninguém vai plantar cana na Amazônia, não digam isso que é mentira. Podem plantar, mas vai acabar com a Amazônia inteira? Mentira! *“Ah, então, a cana vai ocupar o pasto, e esse pasto vai para Amazônia.”* Também não! Porque há dez anos, um boi ia para o açougue com 4 anos, hoje vai com 18 meses, e temos muito menos área de pasto do que precisava para produzir muito mais carne. Portanto, a Amazônia não é necessária para a produção de etanol.

Há outros mitos enormes. Outro dia eu fui a uma reunião em Nova York. Acho que todo mundo conhece essa história. Eu já contei para uma porção de gente, mas eu vou contar para quem não ouviu ainda. Fui numa reunião com advogados am-

bientalistas para discutir etanol. Não era um ambiente muito favorável, havia lá uma resistência, mas fiz uma palestra técnica, só técnica. Com números, tecnologia, produtividade, custo, vantagens, contando que a cana era muito interessante para fazer etanol e que não tinha nenhum problema em termos de alimentos, e convenci a plateia. Convenci a plateia, fui aplaudido, todo mundo gostou muito, mas no final de tudo levantou uma mocinha, uma advogada americana muito bonita, um pouco alta, mas muito bonita. E ela falou: “*Gostei muito da sua apresentação, mas eu tenho umas dúvidas que queria discutir com o senhor. Eu tenho uma amiga brasileira que me informa que os motores a álcool são corroídos pelo etanol*”. Falei que não era verdade e que, de fato, quando o PRO-ÁLCOOL estava começando 35 anos atrás, certos componentes de motores eram corroídos, a indústria automobilística então investiu em tecnologia, pesquisa, substituiu aquelas peças, aqueles metais, hoje não há nenhum problema de corrosão, está tudo resolvido.

“*Ah, mas a minha amiga lá no Brasil, falou que de madrugada, quando é muito frio, os carros a álcool não pegam*.” Falei que também era uma coisa que pertencia ao passado. De fato, no comecinho, não tinha injeção de gasolina, mas agora...

“*Ah, mas a minha amiga, lá no Brasil falou...*” Eu falei, “*Ó, minha filha, vou fazer duas propostas a você, a primeira, é você mudar de amiga lá no Brasil porque a sua amiga está um pouco superada, arruma uma amiga mais moderna lá, que entenda das coisas e não fale besteira, e a segunda, é o seguinte: eu tenho 65 anos de idade e faz pelo menos 50 anos que todo domingo eu tomo dois ou três copinhos de etanol com limão, açúcar e gelo. Chama-se caipirinha lá no Brasil. Você olha para mim, o modelo é um modelo superado, a lataria está meio estragada, está certo? Mas o motor está em ordem. Então, eu te proponho tomar um copo de gasolina durante 6 meses, no domingo, e se estragar o teu motor, nós vamos então conversar sobre corrosão.*”

São mitos dessa natureza que são repetidos todos os dias, porque há interesses contrariados. Ah, mas vai... O preço do milho subiu mesmo.

Temos 15% mais de milho que o ano passado, como resultado já caiu o preço. O mercado ajusta essas coisas de alguma forma, em curtíssimo prazo, sempre há interesses contrariados. Quem vive de vender milho para pobre, por exemplo, não conseguiu repassar o custo adicional para o consumidor mexicano que come tortilha, e aí fica contra o etanol do milho. Tem razões!

Você tem que compreender o que não está escrito nas informações que a gente lê, entretanto o fato é que esses mitos têm que ser desmitificados com argumentos técnicos, sem emoção e sem nenhum tipo de erro.

O Brasil quer produzir quanto de álcool? Alguém sabe dizer? Ninguém sabe. Os americanos sabem, o presidente Bush falou: 20% em 2017. Quanto nós queremos produzir para o mercado interno e externo, sob que condições comerciais, qual é o modelo de produção que nós vamos utilizar? É esse concentrador de renda que nós temos hoje, ou nós vamos fazer um modelo como o Barbosa Lima Sobrinho queria quando montou a estrutura da lavoura canavieira, em que pelo menos metade da cana era feita por produtores independentes? Quem vai cuidar da logística e da estrutura? Ah, pode deixar que a Petrobras vai fazer os *pipelines*. Quem me garante que vai ser barato, se for o monopólio dela? Quem vai cuidar da estocagem? Cana é agricultura, metade do ano produz, outra metade consome. Quem vai cuidar disso? Quem vai cuidar do zoneamento, do financiamento agrícola para esse negócio? Quem vai cuidar do tema da monocultura e do corte manual?

Aliás, isso é uma coisa que o Serra saiu na frente. O governador criou uma Comissão de Agroenergia aqui em São Paulo em que um dos temas é esse. Como é que faz? Tem muita cana em São Paulo. Tem 4 milhões de hectares de cana em São Paulo, como todos sabemos, que não é bem monocultura porque 20% todo ano faz em renovação com leguminosas, mas de qualquer maneira, há regiões que têm muita cana; Ribeirão Preto e Jaú, têm muita cana. Então, a minha proposta, incluindo a Secretaria de Agricultura e o Instituto de Economia Agrícola, é montar um programa. Aqui existem duas ondas, uma que fala: “*vamos acabar com o corte manual porque é trabalho muito bruto*”; e a outra diz que “*não pode acabar porque vai ter desemprego no campo*”. E as duas têm razão, então vamos fazer um programa paulatino de mecanização que seja acompanhado de um projeto estadual financeiro, que financie uns 10% da área hoje cultivada, que são 400 mil hectares, e que dá mais de um Chile de frutas na área de cana.

Plantar frutas contribui para você diminuir a área de cana cortada manualmente, ao mesmo tempo em que você pode treinar essa mão-de-obra para fruticultura, seringueira, árvores, flores e produtos mais nobres, que dão emprego melhor, mais

decente para os trabalhadores rurais, e contribui para mudar a concentração da cana, oferece uma renda adicional aos produtores da região, e ainda pode agregar valor porque ali tem açúcar e tem bagaço, você pode fazer compota, doce, geleia e refresco com a fruticultura e com outros produtos produzidos ali. Então não é um problema, contudo tem que ter uma estratégia. Como é que ficam as relações ambientais? Como é que vamos fazer com o “álcool química”? A Índia hoje só fala em álcool química. Nós estamos engatinhando nesse negócio de álcool química no Brasil. Quem vai explicar isso aí? Tem também que fazer um filme que passe todos os dias na televisão do mundo inteiro falando: “*Não vai plantar cana na Amazônia e não vai acabar a comida*”. Para acabar com esse mito.

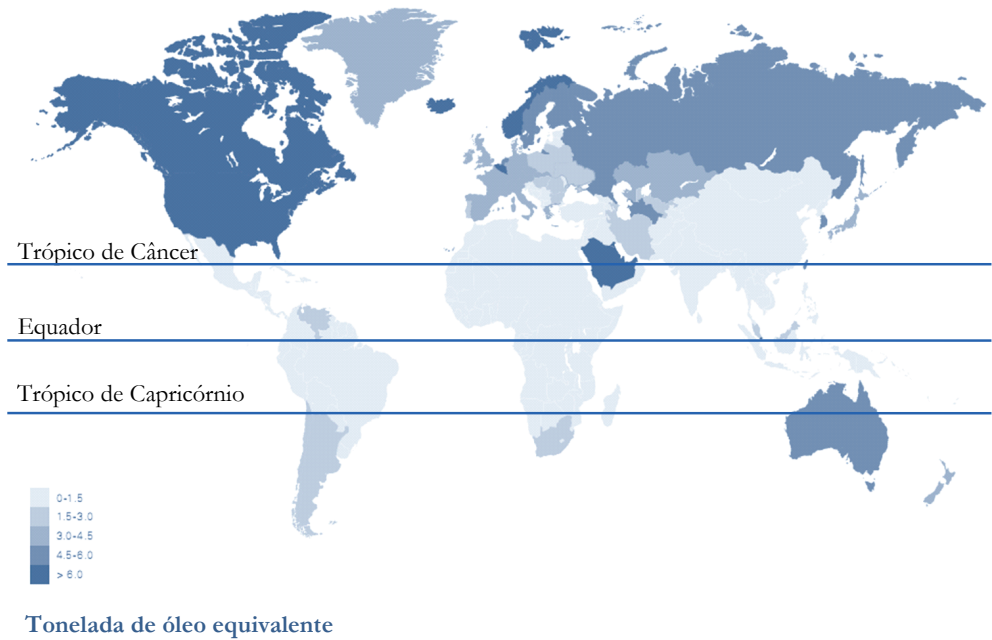
Quem vai cuidar de tecnologia? Os americanos estão falando nesse ano em US\$1,6 bilhão em pesquisa de álcool e celulose. Nós criamos o Centro de Biocombustíveis em Piracicaba, criamos o Centro de Agroenergia da EMBRAPA, e não temos orçamento para eles. Então, estou tratando de uma empresa específica que a Lei de Inovação Tecnológica permite, para pôr dinheiro privado nessa área. Recursos humanos, quem vai cuidar de formar gente para isso? Cem usinas novas, eu quero até aproveitar e fazer aqui o meu *merchandising*, eu estou na Getúlio Vargas, e a fundação há um mês conseguiu aprovar na CAPES o primeiro mestrado do mundo em agroenergia. E é um mestrado extraordinário, porque além de ser o primeiro mestrado do mundo em agroenergia, de dois anos, mestrado *strictu sensu*, é a primeira vez em que três instituições se somam para fazer um mestrado. A Getúlio Vargas, na área de gestão, a ESALQ, na área de agronomia e tecnologia, e a EMBRAPA, na área científica.

Então, EMBRAPA, ESALQ e a GV cuidarão um semestre cada uma, nas suas respectivas sedes, de treinar 40 pessoas que sejam o miolo da revolução tecnológica e energética que eu pretendo que o Brasil lidere. Porque temos uma chance única, com terra disponível, tecnologia conhecida, com gente preparada, temos os constrangimentos todos que já foram tratados aqui, mas o que nós precisamos mesmo é de uma estratégia. Nós temos hoje, como eu disse, 11 Ministérios cuidando do etanol. Mais a ANP, Petrobras, EMBRAPA, INEMERGE, INEMETRO, ANA, dezenas de instituições estaduais, centenas de municipais, milhares de empresários, e não tem

estratégia. Nós temos o discurso e não temos o recurso. O mundo todo está pondo dinheiro aqui para fazer álcool de cana, nós temos que estabelecer uma estratégia que dê um rumo para isso, sem intervenção de governo, mas regras que estabeleçam o destino, para onde queremos ir, até onde queremos chegar, e assim, com financiamento liderarmos, em função do que nós já conhecemos hoje, uma mudança na civilização.

Essa é a ambição, esse é o sonho, e pô-lo em prática não é uma coisa singela, senão já estaria feito, entretanto vale a pena! Vale a pena, porque isso, sem dúvida, na hora que apagar a luz, espero que demore bastante, nossa vida terá tido sentido. Teremos contribuído para uma civilização melhor.





**Figura 1** - Consumo *Per Capita* de Energia, 2006.  
 Fonte: BP Statistical Review of World Energy.